

69 a 0 em segundo turno

SENADO APROVA FIM DE FORO PRIVILEGIADO

Decisão vale para casos de crimes comuns, como lavagem de dinheiro

Brasília - O Senado aprovou ontem por 69 votos a zero, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com o foro privilegiado nos casos em que as autoridades cometem crimes comuns, entre os quais roubo, lavagem de dinheiro e corrupção. O texto segue para análise na Câmara dos Deputados e se estende aos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. De acordo com a proposta, o foro privilegiado só será mantido para os presidentes da Câmara e do Senado, para o presidente e o vice-presidente da República e do Supremo Tribunal Federal (STF) e para crimes relacionados ao mandato. Deputados e senadores, no entanto, continuarão não podendo ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Câmara ou ao Senado, para que, pelo voto da maioria, resolva sobre a prisão. Para o texto ser aprovado ontem, houve um acordo



PLENÁRIO DO SENADO: decisão agora vai para Câmara

entre os senadores para retirar da PEC o trecho que previa a prisão de parlamentares após condenação em segunda instância. Com isso, os parlamentares no exercício do mandato só poderão ser presos quando não couber mais recursos. Há cerca de seis meses, o STF entendeu ser constitucional a prisão após condenação em segunda instância. (AOG)

Região metropolitana tem mais de 200 mil desempregados

AMILTON BELMONTE

Porto Alegre - Um número estimado em 203 mil pessoas desempregadas na região no mês de abril, ou 11,3% da População Economicamente Ativa (PEA). Esse é o saldo da Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), divulgada ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Na prática, o dado escancara uma alta de 6 mil desempregados em relação a março, quando o percentual havia sido de 10,8%. "A taxa de participação diminuiu de 51,3% para 50,5% no período em análise, atingindo o menor patamar da série históri-

ca", alertou a economista da FEE, Iracema Castelo Branco, explicando o resultado e a redução da ocupação em 2,1% (menos 34 mil vagas), número superior à saída da PEA, que foi de menos 28 mil, ou queda de 1,5%.

Conforme o levantamento, a retração na indústria de transformação atingiu 13,6%, significando menos 38 mil ocupados. Porém, houve aumento nos serviços em 8 mil ocupados, ou alta de 0,9%. Já os setores de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentaram queda de 0,03%, ou menos 1 mil ocupados, com a construção também negativa em 0,8%, ou menos 1 mil ocupados.

No Brasil já são 14 milhões

Rio de Janeiro - A taxa de desocupação no País foi estimada em 13,6% no trimestre móvel encerrado em abril, ficando 1 ponto percentual acima da taxa do trimestre imediatamente anterior (novembro a janeiro), quando havia fechado em 12,6%. Os dados foram divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua. A população desocupada em abril chegou a 14 milhões. (ABr)

Decisão sobre prisão de Aécio fica com plenário

Brasília - O ministro Marco Aurélio, que foi sorteado como novo relator do mais recente inquérito contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) no Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a decisão sobre a prisão do parlamentar deve sair do plenário da Corte. O relator anterior do caso, ministro Edson Fachin, já havia indicado que levaria o tema para deliberação do plenário, e não para a Segunda Turma, colegiada onde se costuma deliberar as questões referentes a inquéritos contra parlamentares. Nesse caso, Aécio Neves (PSDB-MG) é investigado pelo suposto recebimento de R\$ 2 milhões em vantagens indevidas do empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo JBS que assinou acordo de delação premiada com a Justiça. (ABr)

PEC da Eleição Direta é aprovada por comissão

Brasília - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, ontem, por unanimidade, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 67/16, que prevê a realização de eleição direta para presidente da República se o cargo ficar vago nos três primeiros anos de mandato. Atualmente, a Constituição admite eleição direta apenas se a vacância ocorrer nos dois primeiros anos. Após esse período, deve ser realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, em até 30 dias. Com a mudança proposta na PEC, a realização de eleição indireta para presidente e vice-presidente ficará restrita ao último ano do mandato. A PEC será encaminhada para votação no plenário do Senado e, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados. (ABr)

CLÁUDIO HUMBERTO



Empresa leva R\$ 1,3 bilhão do BNDES

Além da J&F/JBS e Odebrecht, também vai virar assunto na CPI do BNDES o caso da empresa Tecsis, criada em 1995 em Sorocaba (SP) para fabricar pás de usinas eólicas. Durante os governos do PT, virou "campeã nacional" e levou do BNDES US\$460 milhões (equivalentes a mais de R\$1,3 bilhão), que virou seu maior acionista. De 2014 para cá, com o governo em declínio, a Tecsis faliu e demitiu 7 mil funcionários.

Desmanche

Há duas semanas, em um único dia, a Tecsis demitiu 1,1 mil pessoas e fechou sua principal unidade, no município de Sorocaba.

Os sócios

Além do BNDES, são acionistas o grupo Estáter e a Unipar-Carbocloro, que teve um dos sócios, Frank Geyer, citado na Lava Jato.

Manda-chuva público

O BNDES, através do BNDES-par, é o maior acionista da Tecsis, que entrou com pedido de falência na Justiça em março deste ano.

Um exemplo

São dezenas de credores e a Tecsis deve a apenas um deles mais de R\$ 3,5 milhões. Tem até confissão de dívida assinada.

Registros

● O Senado aprovou o fim do foro privilegiado para 37 mil autoridades, materializando a advertência do senador Romero Jucá (PMDB-RR) em fevereiro: "Se acabar o foro, é para todo mundo. Suruba é suruba". ● O ex-presidente José Sarney (PMDB) tem frequentado eventos no Planalto como sinal de solidariedade. Na posse do ministro da Justiça, foi homenageado com referências inclusive pelo presidente Temer. ● Pegou bem a afirmação do novo presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro: "Empresário precisa de normalidade, não de subsídio".

PEC das Diretas é inconstitucional

Doutor em Direito Eleitoral e professor de Direito Constitucional, Clever Vasconcelos avisa: não haverá eleição direta, no caso de vacância da presidência. Ele diz que a proposta de emenda que ontem recebeu parecer favorável da CCJ do Senado não resistiria a ação no Supremo Tribunal Federal. O artigo 81 da Constituição é claro ao determinar que as regras para qualquer eleição serão definidas até um ano antes.

Amazonas ilegal

Clever Vasconcelos também está certo de que é inconstitucional a eleição direta para governador do Amazonas, prevista para agosto.

Inconstitucional

O governador José Melo foi cassado pela Justiça Eleitoral, que marcou eleição direta do substituto em agosto.

Princípio da simetria

O especialista considera que a legislação estadual do Amazonas deve se subordinar à regra nacional fixada na Constituição brasileira.